

Em Busca de um Tipo-Ideal de Empreendedorismo Social:

a aplicação a organizações do terceiro setor português¹

Daniel Costa³ e Cristina Parente²

Introdução

A literatura acerca do empreendedorismo social refere-se a práticas, sobretudo em contextos organizacionais, que combinam a criação de valor social e a maximização dos seus impactos, com uma vertente empresarial fundada em princípios de sustentabilidade e inovação social (Dees, 1998; Mair & Marti, 2006; Peredo & Maclean, 2006).

Não obstante, deve entender-se o empreendedorismo social como um campo relativamente recente e pré-paradigmático (Nicholls, 2010), que tem registado um diminuto progresso, em termos académicos, ao longo das últimas duas décadas (Dey & Steyaert, 2012). Tal situação traduz-se num leque diversificado de perspetivas, representações e práticas, isto é, na existência de um objeto difuso e de fronteiras instáveis.

Argumentamos que pelo menos quatro escolas de pensamento teórico detêm um potencial heurístico para a conceptualização do empreendedorismo social em Portugal: a Escola Empresarial, a Escola da Inovação Social, a Escola da Economia Social e a Escola da Economia Solidária. Portanto, aqui pretende-se sobretudo:

(1) Alargar as (instáveis) fronteiras teórico-conceituais do empreendedorismo social, propondo um novo e mais inclusivo olhar sobre o fenómeno, tomando como ponto de partida e chegada a perspetiva organizacional;

(2) Pensar e construir um tipo-ideal de organização do terceiro setor (OTS), suportado não por uma definição restrita de empreendedorismo social, mas por uma conceção ampla e de cariz sintético;

(3) Integrar os contributos específicos de cada escola teórica do empreendedorismo social, promovendo a sua convergência na dinâmica do pensamento sistémico;

(4) Confrontar o tipo-ideal de empreendedorismo social com as configurações organizacionais e práticas gestionárias existentes no Terceiro Setor português, revelando assim o seu valor enquanto ferramenta de diagnóstico organizacional.

A construção de um modelo concetual

Dando seguimento a trabalhos anteriores (Parente et al., 2012), é aqui defendido que o avanço do corpo teórico do empreendedorismo social se fará pela observação atenta e crítica dos vários contributos que têm surgido de diferentes perspetivas e latitudes geográficas. Paralelamente, uma construção sintética deste tipo encontrará, ao nível organizacional, um terreno fértil. É nessa medida que ensalamos aqui um modelo de organização com perfil de empreendedorismo social aplicável a OTS, concebendo-o como um sistema composto por subsistemas interdependentes, cada um relativo a uma escola de pensamento do Empreendedorismo Social. Pretende-se que o modelo integre, relacione e sintetize os quatro conjuntos de atributos específicos que cada escola teórica representa, adquirindo uma dinâmica comunicacional de interação e influência mútua tributária dos conceitos de "pensamento sistémico" e "comunicação", ambos amplamente trabalhados no âmbito da Sociologia e da Gestão, nomeada e respetivamente por Niklas Luhmann (1995, 2005) e por Peter Senge (2006).

Características		
Dinâmico		Holístico
	Reflexivo	
Comunicacional		Diferenciado
	Sintético	
Pluriparadigmático		Aprendente

Conceitos operativos

Pensamento Sistémico | Comunicação

A organização, enquanto sistema social, evolui ao captar e reduzir a complexidade do mundo (Luhmann, 2005), manifestando uma estratégia de contínua (re)produção das suas próprias fronteiras, componentes e estruturas de sentido. Será através de uma institucionalização capaz de dotar os atos comunicativos de uma regularidade, estabilidade e harmonização de expectativas e motivações (Esteves, 2005) que se formam sistemas dentro de sistemas, que assim se diferenciam e adquirem uma nova especialização funcional face ao ambiente em que operam (Luhmann, 1997 cit in Lee, 2000).

A causalidade das atividades de uma organização deve ser circular e assentar numa lógica de aprendizagem organizacional, onde impera o pensamento holístico ou sistémico (Senge, 2006). Por conseguinte, ela deve ser permeável às dinâmicas de interação e influência mútua entre sistemas, seus processos críticos e partes interessadas, ao mesmo tempo que gere as tensões desta comunicação reflexiva, que surgem sob a forma de feedback de reforço (i.e. tendentes a aumentar ou exponencializar um dado processo) e de balanço (i.e. tendentes a eliminar ou a diminuir a influência e/ou consequências de um dado processo) (Senge, 2006).

Economia Social

Revela-se especialmente propensa à integração de mecanismos organizacionais internos e externos que, obedecendo a uma estratégia e gestão participadas e orientadas para as partes interessadas, asseguram a prossecução de objetivos sociais de acordo com princípios democráticos e de boa governança (Defourny & Borzaga, 2001).

De acordo com os seus critérios jurídico-normativos, pertencem à Economia Social, em termos de tipologias organizativas, o conjunto de cooperativas, mutualidades, associações e fundações (Defourny & Borzaga, 2001).

Conjunto de atividades comerciais e estratégias de obtenção, criação e gestão de recursos e receitas, especialmente financeiros, que se apresentam como meios para a prossecução de uma missão social (Defourny & Nyssens, 2010; Boschee & McClurg, 2003; Emerson & Twersky, 2006).

Incorpora processos com forte orientação de mercado, incluindo a utilização de ferramentas de planeamento e gestão que assegurem o uso eficiente dos recursos (Emerson & Twersky, 2006).

Inovação Social

Dissemina a ideia do empreendedor social enquanto agente de mudança, e a inovação social como ferramenta organizacional motora do impacto social, da divulgação de melhores práticas e replicação dos resultados e da transformação sistémica (Obsberg & Martin, 2007).

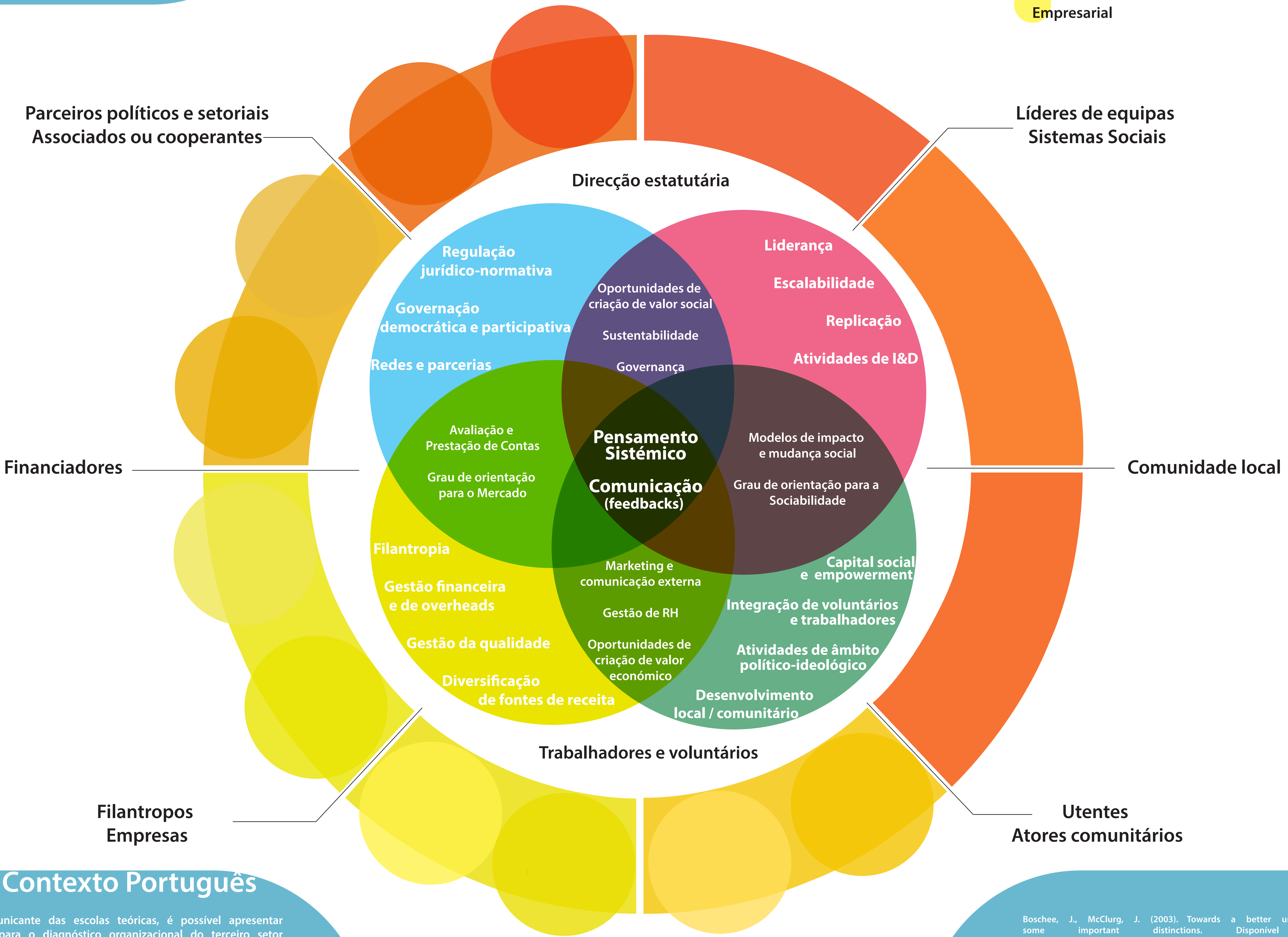
Confere ampla liberdade ao tipo de recursos e métodos usados para alcançar a sustentabilidade económica, admitindo diversos níveis de criação de valor económico e social (Dees, 1998).

Ostenta uma tripla dimensão – política, económica e social (Gaiger & Correa, 2011) – apresentando-se como uma verdadeira alternativa ao status quo, na criação de objetivos, metodologias e práticas de intervenção consentâneas com um quadro político-ideológico progressista e alternativo ao sistema normativo dominante (Morais, 2007).

Afirma-se capaz conciliar a mudança social com princípios modernos de sustentabilidade, cidadania, ecologia, participação democrática, solidariedade e cooperação económicas (Laville & Gaiger, 2009; Gaiger & Correa, 2011).

Empresarial

Economia Solidária



Adequação ao Contexto Português

Na confluência sistémica e comunicante das escolas teóricas, é possível apresentar algumas dimensões pertinentes para o diagnóstico organizacional do terceiro setor português. Passíveis de serem enquadradas no modelo apresentado, estas devem ser operacionalizadas em indicadores suscetíveis de medição quantitativa e/ou qualitativa e podem ser testadas pelas OTS, de modo a determinar o seu grau de empreendedorismo social, tal como o perspetivamos. Apresentamos de seguida 8 dimensões de diagnóstico, que correspondem igualmente a boas práticas para a gestão organizacional das OTS:

- Apresentar uma orientação estratégica de médio e longo prazos, apoiada em ferramentas de planeamento que comportem modelos participativos; ● ● ● ●
- Ter fontes de financiamento diversificadas e alternativas aos fundos estatais, nomeadamente com a criação de áreas comerciais de mercado, alavancadas, ou não, à atividade básica da organização; ● ● ● ●
- Pugnar por uma gestão integrada e desenvolvimentista quer dos trabalhadores remunerados quer dos seus voluntários; ● ● ● ●
- Aplicar modelos colaborativos de controlo e de coordenação do trabalho, baseados no trabalho em equipa e na delegação de responsabilidades; ● ● ● ●
- Manter e/ou alargar o trabalho em rede e as relações de parceria de naturezas distintas e com diferentes tipos de atores; ● ● ●
- Desenvolver práticas de prestação de contas e de governança tendo em vista o envolvimento de diferentes stakeholders internos e externos; ● ● ● ●
- Integrar nas suas missões e atividades uma preocupação sistemática com os impactos sociais, económicos e ambientais; ● ● ●
- Pautar as intervenções pelos princípios da inovação social (enquanto processo e produto), com vista à construção de modelos desenvolvimento pessoal, social e comunitários alternativos. ● ●

¹ Este poster foi realizado sob financiamento do FEDER através do COMPETE – Programa Operacional via Fundação de Ciência e Tecnologia no âmbito do O Projecto Empreendedorismo Social em Portugal: as políticas, as organizações e as práticas de educação/formação (PTDC/CS-SOC/100186/2008), liderado pelo ISFLUP – Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e desenvolvido em parceria com a A3S – Associação para o Empreendedorismo Social e a Sustentabilidade do Terceiro Setor e com o Dinâmia/CET do Instituto Universitário de Lisboa.

² Professora Auxiliar com Agregação no Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigadora do Instituto da mesma instituição. E-mail: cparente@letras.up.pt

³ Psicólogo Social, bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e membro do ISFLUP – Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. E-mail: danielcostaps@gmail.com

Bibliografia

Boschee, J., McClurg, J. (2003). Towards a better understanding of social entrepreneurship: some important distinctions. Disponível em: <http://www.caledonia.org.uk>

Dees, G. (1998). The meaning of social entrepreneurship. Stanford University: Kauffman Center for Entrepreneurial Leadership. Disponível em: www.partnerships.org.au/Library/the_meaning_of_social_entrepreneurship.htm.

Defourny, J., & Borzaga, C. (Eds.). (2001). The Emergence of Social Enterprise. London: Routledge.

Defourny, J., Nyssens, M. (2010a). Conceptions of Social Enterprise and Social Entrepreneurship in Europe and the United States: Convergences and Divergences. Journal of Social Entrepreneurship, 1(1), 32-53. doi: 10.1080/19420670903442053.

Dey, P., Steyaert, C. (2012) Social entrepreneurship: critique and the radical enactment of the social. Social Enterprise Journal, 8 (2), pp.90 - 107.

Emerson, J. Twersky, F. (Eds.). (1996). New social entrepreneurs: the success, challenge and lessons of non-profit enterprise creation. San Francisco: Roberts Foundation, Homeless Economic Development Fund.

Esteves, J.P. (2005). Legitimação pelo procedimento e deslegitimação da opinião pública. In José Manuel Santos (Ed.), O pensamento de Niklas Luhmann (pp.281 - 320). Universidade da Beira Interior: LusoSofia.

Gaiger, L., Corrêa, S. (2011). O diferencial do empreendedorismo solidário. Ciências Sociais Unisinos, 47 (1), 34 - 43.

Laville, J., Gaiger, L. (2009). Economia Solidária. In Cattani, A. S., Laville, J.-L., Gaiger, L. I. et al. (Eds.), Dicionário Internacional da Outra Economia (pp. 162-168). Coimbra: Almedina.

Lee, D. (2000). The Society of Society: The Grand Finale of Niklas Luhmann. Sociological Theory 18(2): 320-330.

Luhmann, N. (1995). Social Systems. Transl. by John Bednarz, Jr., with Dirk Baecker. Stanford: Stanford UP. Disponível em: <http://solomon.tinyurl.com/alexanderstreet.com/cgi-bin/asp/philosoth/getdoc.pl?510023900-D000001> Accedido a 20 de Fevereiro de 2012.

Luhmann, N. (2005). Sociologia como teoria dos sistemas sociais. In José Manuel Santos (Ed.), O pensamento de Niklas Luhmann (pp.71 - 123). Universidade da Beira Interior: LusoSofia.

Mair, J., Marti, I. (2006). Social entrepreneurship research: A source of explanation, prediction, and delight. Journal of World Business, 41, 36-44.

Morais, L. (2007). Economia social e solidária: do que se trata este complexo e contraditório setor? Balanço, tendências e perspetivas para análise do caso brasileiro. Comunicação apresentada no Congresso Nacional da ABET, Salvador. Disponível em: http://www.tau.org.br/html/upload/8990c2b656ca02ff45ef61a4f2e5bf24/Artigo_abet_07_1_.pdf.

Nicholls, A., Cho, A. (2006). Social Entrepreneurship: The Structuration of a field. In A. Nicholls (Ed.), Social Entrepreneurship: New models of sustainable social change. Oxford: Oxford University Press.

Nicholls, Alex (2010). The Legitimacy of Social Entrepreneurship: Reflexive Isomorphism in a Pre-Paradigmatic Field. Entrepreneurship Theory and Practice 34(4): 611-633.

Osberg, S., Martin, R. (2007). Social Entrepreneurship: The Case for Definition. Stanford Social Innovation Review, pp. 28-39.

Parente, C., Lopes, A. & Marcos, V. (2012). Defining social entrepreneurship: lessons from portuguese organizational dynamics. Paper presented at the Tenth International Conference of the International Society for Third-Sector Research, Siena, July 13th.

Peredo, A., Mclean, M. (2006). Social entrepreneurship: A critical review of the concept. Journal of World Business, 41, 56-65.